



Desenvolvimento Regional em Debate
ISSN: 2237-9029
valdir@unc.br
Universidade do Contestado
Brasil

Educação e capital social: uma relação estreita com o desenvolvimento

Santos, Moacir José dos; Vieira, Edson Trajano; Santos, Divina de Fátima dos

Educação e capital social: uma relação estreita com o desenvolvimento

Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 8, núm. 2, 2018

Universidade do Contestado, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864197002>

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1776>

Educação e capital social: uma relação estreita com o desenvolvimento

Education and social capital: a close relation with development

Moacir José dos Santos professormoacirsantos@gmail.com

Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil

Edson Trajano Vieira etrajnov@gmail.com

Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil

Divina de Fátima dos Santos divina.santos@modulo.edu.br

Centro Universitário Módulo, Brasil

Desenvolvimento Regional em Debate,
vol. 8, núm. 2, 2018

Universidade do Contestado, Brasil

Recepção: 03 Maio 2018
Aprovação: 07 Junho 2018

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1776>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864197002>

Resumo: O capital social e educação são variáveis relacionadas ao desenvolvimento. O desenvolvimento do município de Caraguatatuba, situado no litoral norte paulista, apresenta dificuldades relacionadas à rápida expansão urbana e demográfica. O capital social é um dos fatores concernentes à mobilização dos municípios frente aos desafios presentes em Caraguatatuba. O presente artigo tem o objetivo de verificar a relação entre o capital social da população de Caraguatatuba e o seu nível de educação formal. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem quantitativa. O procedimento consistiu na avaliação do acesso à educação formal a partir dos resultados de uma pesquisa quantitativa que caracterizou o capital social da população. Os resultados indicam que acesso à educação em Caraguatatuba articula-se à composição do capital social da população. O grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa torna-se menor quanto menor o acesso à instrução formal, o que produz barreiras para organização de redes sociais e de diálogo com o poder público. Conclui-se que o acesso à educação, isoladamente, não potencializa a aptidão para a articulação entre os membros de cada comunidade e para ampliar sua capacidade de institucionalização das demandas sociais e econômicas.

Palavras-chave: Educação, Capital Social, Desenvolvimento.

Abstract: Social capital and education are variables related to the development. The development of the municipality of Caraguatatuba, situated on the north coast of São Paulo, presents difficulties related to rapid urban and demographic expansion. The social capital is one of the factors concerning the mobilization of the municipalities in front of the present challenges in Caraguatatuba. The purpose of this article is to verify the relation between the social capital of the Caraguatatuba population and their level of formal education. The research is characterized as exploratory, with a quantitative approach. The procedure consisted of comparing official data on schooling in the city of Caraguatatuba and the results of a quantitative survey that characterized the social capital of the population. The results indicate that access to education in Caraguatatuba is linked to the composition of the population's social capital. The degree of trust between the individuals of the research becomes smaller the less the access to formal education, which produces barriers for the organization of social networks and dialogue with the public power. It is concluded that access to education singly does not enhance the ability to articulate among the members of each community and to increase their capacity to institutionalize social and economic demands.

Keywords: Education, Social Capital, Development.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento pode ser caracterizado como um processo multidimensional. Sua investigação implica no reconhecimento da existência de diversas variáveis associadas à sua trajetória como o acesso à saúde, a educação, a segurança, a habitação, a mobilidade e a participação no processo político. Um dos desafios dos estudos sobre o desenvolvimento corresponde a verificar a interrelação entre essas variáveis. Este estudo enfatizou a relação entre educação, mais precisamente o acesso à educação formal, e a formação de capital social no grupo estudado.

O capital social possibilita compreender como ocorre a constituição de redes de relacionamento e associação, com potencial para contribuir com o fortalecimento de determinados grupos sociais e de sua capacidade de formalizar as demandas e reivindicações perante o poder público e demais instâncias sociais, quanto as ações comunitárias pautadas na reciprocidade e bem coletivo. O capital social é um elemento de ligação entre os membros de uma comunidade. O acesso à educação está relacionado a formação de capital social em razão da possibilidade de ampliar a aptidão para o entendimento da experiência social e a necessidade de elaborar soluções coletivas para as demandas pertinentes ao desenvolvimento.

Destaca-se o capital social enquanto recurso necessário a organização de redes de sociabilidade e confiança. Entretanto, o capital social decorre das condições sociais derivadas da sociabilidade e suas dimensões, particularmente a coesão entre os membros de uma coletividade. Observa-se que os limites do desenvolvimento econômico e social podem inibir a constituição do capital social quanto à sua aptidão para articular o enfrentamento de condições adversas. Neste sentido, o acesso à educação implica na disponibilização de um recurso necessário para a organização em redes de sociabilidade e ação coletiva pertinentes ao capital social.

Buscou-se pesquisar como o acesso de educação contribui, entre outros fatores, com a formação de capital social mediante a escolha do município de Caraguatatuba como área de investigação. A opção está justificada na trajetória recente de Caraguatatuba. O município, situado no litoral norte do estado de São Paulo, apresenta expressivo crescimento urbano e populacional nas últimas décadas. A rápida alteração das condições locais produz a necessidade de investigações para a caracterização dos efeitos das transformações relacionadas à urbanização e ao aumento da população. O município, assim como outras localidades, enfrenta o desafio de superar os desequilíbrios provocados com o rápido crescimento econômico e populacional.

Levando-se em consideração as ponderações sobre acesso à educação, capital social e desenvolvimento, o presente artigo tem o objetivo de verificar a relação entre o capital social da população de Caraguatatuba e o seu nível de instrução formal. Adota-se a hipótese de que o capital social pode favorecer, a partir da sua densidade, a aptidão para a organização e colaboração entre os indivíduos quanto à busca por efetivação de direitos

e garantias sociais. Entretanto, o conceito capital social adotado neste artigo distancia-se de um mecanismo que promove automaticamente condições de inclusão social e econômica. A caracterização do capital social relaciona-se à avaliação dos fatores que engendram a organização social em benefício da coletividade e da sua interlocução com o poder público e demais atores institucionalizados.

O artigo está dividido em 5 seções. Além da introdução, a segunda seção relaciona desenvolvimento, educação e capital social. A terceira seção caracteriza o método pertinente à pesquisa. Enquanto a quarta seção relaciona os dados coletados na pesquisa sobre o capital social da população de Caraguatatuba e o perfil de escolarização dos sujeitos da pesquisa. E a quinta e última seção apresenta as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

O desenvolvimento é um processo multidimensional (SANTOS et al., 2012). Embora seja possível encontrar trabalhos acadêmicos que definam desenvolvimento, desenvolvimento econômico e crescimento econômico como sinônimos, faz-se necessário ressaltar as diferenças entre esses conceitos (VIEIRA; SANTOS, 2012). Erber (2011) indica que o crescimento econômico corresponde a expansão quantitativa da produção enquanto o desenvolvimento econômico resulta em transformações estruturais aptas a distribuir de modo mais equitativo os resultados do aumento da produtividade social mediante o acesso à saúde, educação, habitação, segurança e com condições para melhorar a vida das pessoas. E o desenvolvimento enquanto processo multidimensional corresponde a mudanças qualitativas quanto ao acesso aos bens públicos e a participação política para a formulação das decisões políticas cujas consequências afetam as diversas dimensões da vida social.

A multidimensionalidade e interdisciplinaridade delinham o debate sobre o desenvolvimento (SANTOS et al., 2012). Quatro dimensões estão presentes nas análises sobre o desenvolvimento: econômica, política, social e ambiental. O desafio pertinente a avaliação do desenvolvimento está em se compreender como estas dimensões se integram e possibilitam a superação de uma avaliação limitada apenas a um recorte, como é o caso, por exemplo, com as análises economicistas refutadas por Sen (2010) ou Souza (2009).

O debate sobre o desenvolvimento indica sua correspondência ao acesso às condições sociais com menor assimetria, correlacionadas a inclusão produtiva e ao exercício efetivo dos direitos políticos, sociais e civis. Sob essa perspectiva Sen (2010) refuta o economicismo ao indicar que desenvolvimento difere do mero acúmulo de bens materiais e sim às condições de vida acessíveis a partir do contexto social e econômico. Para Sen o desenvolvimento associa acesso pleno às liberdades individuais com o comprometimento social e institucional em razão da produção de vantagens para a coletividade. A proposição de Sen relaciona-se a concepção de que a ação direta dos indivíduos contribui

para a constituição do capital social, gerado como resultado do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade (PUTNAM, 1996). Esta percepção sobre a função dos contatos sociais para o desenvolvimento implica na asserção de que a associação entre os membros de uma determinada comunidade favorece a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

A discussão sobre o desenvolvimento mediante a consideração da coerência das instituições e dos tipos de conflitos típicos de cada conjuntura social a partir da consideração das relações institucionais é proposta por Perroux (1967). Para o autor as instituições operam e produzem respostas para as disputas presentes em cada sociedade e avaliar somente a ação econômica não gera explicações para os conflitos sociais e as ações a eles relacionados. Faz-se necessária uma análise ainda mais profunda sobre as formas de apropriação dos recursos sociais públicos e não públicos para o entendimento mais assertivos sobre as condições de desenvolvimento presentes em um país, região ou localidade. A perspectiva teórica de Perroux (1967) contribui, desde que incorporada em consonância as peculiaridades brasileiras, para a investigação dos fatores produtores da desigualdade territorial brasileira responsáveis por produzir barreiras ao desenvolvimento. O entendimento das particularidades do desenvolvimento brasileiro e suas consequências sobre as regiões e cidades relaciona-se ao reconhecimento dos distintos efeitos de um processo econômico produtor e reprodutor das desigualdades regionais e inter-regionais no Brasil.

O debate sobre o desenvolvimento enquanto processo multidimensional e o refutar das abordagens economicistas produz diversas possibilidades de investigação, especialmente quanto a integração das dimensões econômica, política, social e ambiental. Identifica-se entre estas possibilidades a verificação da relação entre o capital social e o acesso à educação formal. Putnam (1996) relaciona a ação direta dos indivíduos à possibilidade de formação de capital social, necessário à coesão e confiança subjacente as redes sociais aptas a fortalecer a representação da população perante o poder público ou subsidiar as ações entre os cidadãos. Reconhece-se a pertinência da ação coletiva para o processo de desenvolvimento, porém seu alcance é complexo e decorre do acesso a condições sociais que a possibilitem. Neste sentido, a investigação da formação do capital social que fundamenta a ação coletiva é imprescindível.

O acesso à educação constitui fator interveniente na constituição do capital social. A educação apresenta-se como prática social fundamental presente em diversos ciclos sociais. Diante desse quadro, a educação pública escolar assume um papel fundamental quanto aos métodos formativos que se manifestam por meio de diferentes modalidades, níveis e ciclos educativos que são frutos de políticas públicas e, portanto, diretamente afetados. A escola se apresenta como instituição estabelecida pela sociedade e dispõe de organização interna que reflete o contexto social no qual se encontra inserida.

No ambiente escolar, relações intergeracionais e multiculturais ganham espaço e ocorrem diariamente, configurando uma rede diversificada de convívio e comunicação que são fundamentais em virtude do impetuoso crescimento populacional. O que implica formação de um arranjo social desigual, que intensifica as fraturas sociais já enraizadas, responsáveis por ocasionar situações conflituosas na própria comunidade em que a escola se encontra e que ocorrem tanto entre indivíduos, quanto entre a população e as instituições. Nesse ambiente, experiências de sociabilidade acontecem entre os agentes que compõem a instituição escolar, formando relações de parceria e enfrentamento que transcendem os muros das instituições escolares (SIMMEL, 2014).

Os processos sociais que se formam a partir de tais experiências são necessários para que se resulte em relações sociais que possibilitem a conservação do indivíduo, pautados no respeito mútuo. Observa-se, portanto, que a escola não se resume apenas na sua natureza institucional, mas como um espaço onde relações humanas são estabelecidas. Para proporcionar o modelo de educação inclusivo e aplicado à nossa sociedade, se faz necessário que se garanta formação cultural e intelectual a todos, possibilitando uma atuação autônoma, crítica e construtiva ao educando, que só é possível por intermédio do professor que encontra no ambiente escolar meios que favoreçam sua devida atuação.

Libâneo (2006) observa que as escolas públicas, de um modo geral, não apresentam condições ideais para seu funcionamento e a correta atuação dos educadores ou mesmo, condições de aprendizagem para o educando. O autor observa que as demandas por escolas públicas de qualidade têm sido recorrentes durante décadas, destacando os conflitos entre escola pública e particular, os movimentos de educação popular e a mobilização da sociedade em busca de uma democratização e universalização da escola. De fato, há décadas o tema referente à qualidade de ensino deixou de ser matéria restrita aos profissionais do ramo da educação e ganhou o debate público. A falta de qualidade do ensino nas escolas da rede pública é um problema complexo que apresenta diversas raízes estruturais. Como parcela majoritária da população brasileira tem acesso à educação a partir da rede pública, depreende-se que esta tem impacto expressivo no que tange à formação de capital social a partir da escolarização. Reconhecesse-se a pertinência de debater a qualidade da educação, mas os limites pertinentes ao objetivo e ao método da pesquisa, caracterizado na próxima sessão, definiram a restrição da investigação a verificação da relação entre capital social e o acesso à educação formal.

Apesar dos limites inerentes ao objetivo da pesquisa subjacente ao presente artigo, entende-se a relevância da investigação sobre o capital social enquanto recurso transversal às dimensões econômica, política, social e ambiental do desenvolvimento. As condições do capital social presentes em uma comunidade, município ou região representam potencial para o estabelecimento de ações coletivas ou restrições a tal possibilidade. Neste sentido, o debate pertinente às investigações sobre o capital social apresenta complexidade. Além das asserções de Putnam,

denota-se a contribuição de autores que divergem da sua abordagem em relação ao capital social.

Para Fukuyama (2001), a criação ou consolidação do capital social é um processo complexo, que ultrapassa a capacidade das políticas públicas, associada a aptidão dos indivíduos estabelecerem redes de relacionamento e confiança, anterior a intervenção do Estado. Durston (1999) opõe-se a perspectiva de Fukuyama ao defender que o capital social pode ser estimulado mediante a atuação de instituições suficientemente competentes, competentes para indicar modos de comportamento distintos dos convencionais, o que permite deduzir que o capital social não é uma característica cultural enraizada historicamente. Esta constatação estabelece a diferença entre Durston e Putnam, que concebe o capital social como recurso historicamente constituído mediante a trajetória de formação das regiões.

As perspectivas de Fukuyama, Putnam e Durston divergem significativamente da leitura de Bourdieu sobre o capital social (BOURDIEU, 1980). Para o sociólogo francês a compreensão da formação de capital social em um determinado grupo requer considerar as distinções de classe. Para Bourdieu o capital social implica a existência e manutenção de uma rede durável de relações, por meio da qual as pessoas atingem objetivos que seriam inatingíveis individualmente. Essas redes de relações podem ser mais ou menos institucionalizadas e implicam conhecimento ou reconhecimento mútuo. Observa-se, que para Bourdieu o capital social constitui, simultaneamente, mecanismo de distinção social para preservar os interesses e privilégios de classe e recurso de coesão. Essa concepção decorre da compreensão do capital social como elemento necessário a investigação das relações de classe, situando-o como recurso para a disputa de recursos materiais e imateriais escassos.

Sob outra perspectiva Ostrom (2000), apesar de não utilizar a expressão capital social de maneira direta, destaca a cooperação como uma forma de as sociedades buscarem soluções conjuntas, fundamentando a ação coletiva. A partir de estudos empíricos, Ostrom (2000, p.137) contesta a teoria da contribuição zero, que afirma que racionalmente, salvo em situações excepcionais, os indivíduos não vão agir por interesses coletivos. A autora destaca que indivíduos cooperam de maneiras distintas, e há variáveis que contribuem para tal, dentre elas a elaboração de regras comuns e a representatividade institucional. “A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento” (SABOURIN, 2010, p. 145). A partir da reciprocidade, os indivíduos podem compartilhar sentimentos morais e atingir interesses morais impossíveis de serem alcançados sem a ação coletiva. Putnan (1996) considera capital social a fonte de onde surgem as interações cooperativas, que são expressas em distintas formas de associação da comunidade cívica. Já Coleman (apud HIGGINS, 2005) caracteriza capital social como os recursos de uma estrutura social que permitem que os indivíduos atinjam seus objetivos.

As normas inerentes à estruturação dos diferentes grupos sociais têm potencial para produzir confiança e reciprocidade necessárias à coesão subjacente à possibilidade de o capital social tornar-se recurso para a conquista de metas comuns (HIGGINS, 2005). O capital social pode produzir desde a solidariedade necessária a forte coesão até cenários de escasso potencial para atuação coletiva, o que implica em associar a investigação do capital social às condições peculiares a população investigada. O conceito capital social orienta a compreensão das condições relacionadas ao desenvolvimento, especialmente quanto às consequências da distribuição desigual dos recursos disponíveis para a população e sua respectiva atitude perante a realidade vivenciada. Sob essa perspectiva o capital social contribui para a problematização das políticas públicas, especialmente quanto ao seu impacto para o desenvolvimento (RATTNER, 2003).

A multidimensionalidade do desenvolvimento requer a investigação dos fatores intervenientes em seu processo de efetivação. O desenvolvimento não é linear. Sua trajetória corresponde a dimensões que se imbricam, daí a necessidade de se estabelecer recortes de investigação sem negligenciar essa condição.

MÉTODO

A verificação da relação entre o capital social da população de Caraguatatuba e o seu nível de instrução formal foi realizada mediante uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa. O procedimento consistiu na avaliação do acesso à educação formal a partir dos resultados de uma pesquisa quantitativa que caracterizou o capital social da população. A produção de dados primários relativos ao capital social da população de Caraguatatuba foi realizada com a aplicação do questionário de pesquisa com a população da área urbana nos meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017. O instrumento de pesquisa foi baseado em Grootaert et al. (2003). A amostra foi calculada com margem de erro de 5% e índice de confiança de 95%, a partir de um universo de 113.317 pessoas, correspondente à população do município conforme projeção do Censo de 2010 (IBGE, 2015), totalizando 594 entrevistados. Na coleta de dados a amostra foi superada, alcançando 610 entrevistas válidas. A técnica de seleção de amostra foi proporcional por área, posto que a amostra foi distribuída considerando a quantidade de moradores de cada bairro.

A análise das informações obtidas foi efetuada com o uso do *software Sphinx*. Foi gerado um relatório com os dados consolidados e segmentados, considerando as variáveis sociodemográficas.

Denota-se que a análise dos dados primários ocorreu mediante a consideração das características do instrumento da pesquisa, tendo como parâmetro o conhecimento da realidade empírica do município e da sua trajetória de desenvolvimento relacionada à rápida expansão urbana e demográfica. Ressalta-se que o contexto do município corresponde a produção de desigualdade territorializada em Caraguatatuba a partir da

urbanização turística e ocupação irregular de áreas de encostas na Serra do Mar (PANIZZA, 2004). A organização dos dados e sua interpretação está associada a percepção da multidimensionalidade do desenvolvimento. Desse modo, a compreensão da dinâmica macroeconômica orientou a verificação da relação entre o capital social da população de Caraguatatuba e o seu nível de instrução formal.

A formulação do instrumento de pesquisa considerou as diferentes possibilidades relacionadas as funções do capital social. Uphoff (2000) indica a pertinência de se delinear a pesquisa sobre capital social considerando que socialmente ele pode ter duas formas: estrutural e cognitiva. A forma estrutural aplica-se ao capital social manifesto nos papéis, regras e relações sociais estruturadas. A forma cognitiva corresponderia à confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade. A observação de Uphoff favorece a percepção de como o capital social está incorporado as estruturas sociais e corresponde a mecanismos de reconhecimento social. Porém, a abordagem de Uphoff é insuficiente para abranger as distinções de classe e suas consequências em um município ou região.

Nesse sentido, a análise dos resultados da aplicação do instrumento de pesquisa incluiu a consideração da realidade social e econômica do município em relação aos aspectos que caracterizam o capital social como cooperação, a confiança e compreensão do papel cívico como elementos de coesão e o contexto social e econômico quanto sua presença em instituições formais ou informais, como o núcleo familiar, associações de bairro, grupos religiosos, entre outros. Na materialidade das condições definidoras da experiência social se estabelece a articulação nas redes de relações sociais.

EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL EM CARAGUATATUBA

A análise da trajetória de desenvolvimento de Caraguatatuba demonstra a reorganização do modo de vida tradicional da população local com o impacto da urbanização turística (LUCHIARI, 1999). O período entre 1950 e 1970 ficou caracterizado pelo enaltecimento das paisagens naturais e pela valorização turística, com o início do processo de urbanização turística mediante a atração de turistas interessados em fixar uma segunda residência no município. A partir de 1980 consolidou-se a urbanização e o exponencial aumento do valor turístico da região, gerando fatores que estabeleceram um ritmo do novo contexto de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, produzindo forte expansão da população e da malha urbana. Figura 1.



Figura 1

– Mapa da localização do município de Caraguatatuba

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2018).

A compreensão das mudanças que modificaram as características do município é possível quando se relaciona o desenvolvimento de Caraguatatuba com o turismo e a efetivação de investimentos públicos em obras de infraestrutura no litoral norte paulista. O resultado foi a produção de um contexto caracterizado por problemas socioespaciais relacionados à precariedade presente no município, com destaque para a ocupação irregular do território decorrente associada da expansão demográfica (GIGLIOTI; SANTOS, 2013).

Nesta conjuntura a demanda por políticas públicas foi maior que os resultados gerados com as ações do Estado e dos sucessivos governos municipais. O ritmo de expansão urbana e populacional foi superior à capacidade do setor público em suprir as necessidades produzidas. Como resultado, o município apresenta áreas periféricas que contrastam com as áreas urbanas centralizadas, que possuem infraestrutura para atender a demanda turística ou da população com renda mais elevada. A dinâmica imobiliária gerou a ocupação das encostas da Serra do Mar como alternativa para a população de baixa renda e com dificuldades para acessar as áreas em condição regular. O efeito mais evidente foi a ampliação da malha urbana e suas assimetrias (PANIZZA, 2004).

O processo de expansão urbana e demográfica se mantém. Na década de 2000 a urbanização turística foi acompanhada da atração de migrantes em razão de investimentos públicos pertinentes ao setor petrolífero e às atividades portuárias no município vizinho de São Sebastião. Nos últimos anos as obras de duplicação da Rodovia dos Tamoios, principal via de acesso ao litoral norte paulista, constituíram fator de atração de novos moradores para Caraguatatuba. As informações da tabela 1 indicam que a expansão da população no município foi significativamente superior à média do estado de São Paulo nas últimas três décadas.

A insuficiente capacidade de resposta do Estado ou do poder público municipal está relacionada a um contexto complexo, não restrito apenas ao âmbito local, mas ao ritmo forte da expansão populacional que contribui para a produção de conflitos quanto à distribuição dos recursos econômicos e sociais.

Neste sentido, o panorama para a formação do capital social é desafiador em razão do ritmo muito rápido da elevação da população no município, sob a perspectiva de Putnam (1996), Ostrom (2000), Fukuyama (2001) ou Durston (1999). Apesar das distinções entre os autores, o reconhecimento social é um elemento comum as diversas abordagens sobre o capital social. E a rápida expansão da população indica a formação muito recente das comunidades instaladas no município, com as consequentes dificuldades para o reconhecimento entre os pares.

Localidades	1990	2000	2010	2018	Variação 1990/2018
Município Caraguatatuba	50.569	78.628	100.634	113.208	123,87%
Estado de São Paulo	30.783.108	36.974.378	41.223.683	43.993.159	42,91%

Tabela 1

- População nas regiões selecionados no período de 1990 a 2018, em número de pessoas

Fonte: Fundação Seade (2018)

O contexto do município tem sua complexidade evidenciada com os dados presentes na tabela 2. A população com menos de 15 anos no município de Caraguatatuba cresceu 30,04% no período de 1990 a 2018. Enquanto a população com 60 anos ou mais cresceu 341,98%. No estado de São Paulo a população jovem teve um aumento de 5,31% e a população idosa 172,78%. Percebe-se em todos os estratos que o crescimento da população jovem foi significativamente inferior quando comparado ao da população idosa.

Ressalta-se que o município de Caraguatatuba tem sua população composta predominantemente por migrantes. Esta condição está associada a tendência nacional de queda da natalidade constatada nos últimos censos e confirmada no mais recente (IBGE, 2015). O desenvolvimento do município está relacionado aos efeitos de uma contínua migração para seu território, por sua vez decorrente das características das atividades econômicas presentes em Caraguatatuba, responsáveis por atrair migrantes para trabalhar na construção civil, no setor de serviços e de atendimento as demandas turísticas, bem como nas obras de infraestrutura implantadas para atender a inserção econômica do litoral norte do Estado de São Paulo.

Localidades	1990	2018	Varição 1990/2018
Município de Caraguatatuba			
População de até 15 anos	17.724	23.049	30,04%
População com 60 anos ou mais	3.504	15.487	341,98%
Estado de São Paulo			
População de menos de 15 anos	9.551.998	9.044.993	5,31%
População com 60 anos ou mais	2.327.203	6.348.213	172,78%

Tabela 2

– Crescimento da população por faixas etárias, selecionadas

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Fundação Seade (2018)

A trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) do município indica o forte ritmo do o crescimento econômico local. No período situado entre 2003 e 2012, Caraguatatuba cresceu 141,78%, duas vezes acima da média do estado de São Paulo, que apresentou crescimento de 63,84%. Deste modo, entende-se a dinâmica econômica pertinente ao crescimento populacional e as assimetrias presentes no município. Ainda na tabela 3 identifica-se a elevação do PIB em todas as esferas administrativas entre 2009 a 2012. No entanto, entre 2012 e 2015, há estagnação do crescimento econômico com redução do valor, tanto no município de Caraguatatuba como no estado de São Paulo, consequência da crise econômica brasileira, com recuo do PIB nacional em 3,5% em 2015 (IBGE, 2015).

	2003	2006	2009	2012	2015	Crescimento do PIB 2003/2012
Município de Caraguatatuba	1.142,95	1.251,71	1.991,01	2.763,48	2.720,21	141,78%
Estado de São Paulo	1.195.311,03	1.419.954,97	1.682.957,34	1.958.343,07	1.939.890,06	63,84%

Tabela 3

– Produto Interno Bruto (PIB) – mil reais de 2015, corrigido pela inflação oficial

Fonte: Fundação Seade (2018).

A expansão da população do município e o cenário econômico subjacente contribuem para contextualizar as características do capital social da população local, especialmente, como é discutido neste artigo, quanto a sua reduzida densidade e a constatação do acesso à educação como um fator interveniente para potencializar as relações de confiança e solidariedade entre os munícipes. Os dados sobre o acesso à educação em Caraguatatuba adquirem maior profundidade quando avaliados a partir dos resultados da pesquisa realizada com a população do município sobre o capital social presente nas relações estabelecidas na localidade.

Os resultados da pesquisa permitem pensar o papel da educação em Caraguatatuba em relação à formação do capital social. O capital social pode ser caracterizado pela presença de uma rede perene de relações, necessárias ao alcance de objetivos inacessíveis individualmente. Porém, sua formação é complexa e está associada as características do desenvolvimento local. Neste sentido, os resultados descritos e avaliados no presente artigo contribuem para o debate concernente à estreita relação entre desenvolvimento, educação e capital social.

Observou-se a partir dos dados da tabela 4 que a escolarização é uma característica da população do município, uma vez que apenas 1,3% dos pesquisados declararam-se como analfabetos. A maioria dos municípios possui Ensino Médio completo 48%, e os demais estão distribuídos entre Ensino Fundamental completo com 9,1%; Ensino Fundamental incompleto com 9,3%; Ensino Médio incompleto com 13,8%; Ensino Superior completo com 11,1% e Ensino Superior incompleto com 7,1%. A faixa etária dos pesquisados é um fator que pode vir a exercer considerável impacto para o resultado, uma vez que a maioria dos jovens e adultos entrevistados possui ensino médio completo. Este resultado pode ser explicado quanto as exigências do atual mercado de trabalho em relação a escolarização mínima para o acesso ao mercado de trabalho formal. A ampliação da oferta de escolarização por parte do poder público é uma variável pertinente, que associada as exigências quanto a empregabilidade formal contribuí para explicar a maior escolarização entre jovens e adultos em comparação as pessoas de faixas etárias mais elevadas.

	% obs.
Analfabeto	1,3%
Ensino Fundamental Incompleto	9,3%
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	22,9%
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	55,5%
Ensino Superior	11,1%
Total	100,0%

Tabela 4

– Grau de escolaridade em Caraguatatuba

Fonte: Os Autores (2018)

Notou-se que o índice de analfabetismo está mais concentrado entre a população mais idosa do sexo feminino, conforme indicado na tabela 5 quanto ao grau de escolarização e sexo. Esse quadro aponta as consequências da universalização educacional que ocorreu apenas nos últimos anos no território nacional, assim como em regiões rurais e mais distantes dos centros urbanos, inclusive, no município de Caraguatatuba.

Historicamente, no Brasil o índice de analfabetismo foi maior entre as mulheres. Em função das distinções de gênero e poder enraizadas na sociedade, as famílias preferiam enviar os meninos para as escolas e as meninas eram estimuladas a fazer os trabalhos domésticos, bem como orientadas para o casamento e a maternidade, e acreditava-se que, para essas funções, a escolarização era desnecessária; logo, não se valorizava a escolarização das meninas. Contudo, atualmente, as mulheres jovens têm em média mais anos de estudo, além de ostentarem um índice de conclusão do ensino superior aos estudantes de sexo masculino. Neste cenário, a relação entre capital social e acesso à escolarização indica que para as faixas etárias mais elevadas potencializa a formação de capital social para os homens, enquanto que para as faixas etárias mais jovens o maior acesso das mulheres à educação formal implica na reversão do quadro legado do passado. Tabela 5.

	Masculino	Feminino
De 18 a 25 anos	1,9%	2,3%
De 26 a 35 anos	0,0%	1,6%
De 36 a 50 anos	1,1%	0,0%
De 51 a 65 anos	0,0%	0,0%
66 anos ou mais	2,4%	13,9%
Total	1,0%	2,4%

Tabela 5

– Quantidade de analfabetos por sexo

Fonte: Os Autores (2018).

A tabela 6 revela que tanto entre homens quanto entre mulheres a maior porcentagem encontra-se com Ensino Médio completo/Ensino superior incompleto, com porcentagens de 62,0% para eles e 50,0% para elas. Ao se observar essa tabela, é possível inferir que as pessoas do sexo masculino, tão logo concluíam o ensino médio já se inserem no mercado de trabalho. As mulheres, no entanto, buscam especializações, dando segmento com a educação acadêmica para uma eventual melhor colocação no mundo do trabalho, uma vez que, como se pode observar, elas são em maior número ao referir-se ao Ensino Superior completo com 12,1% contra 10,0% para os homens na tabela abaixo. Infere-se que nas atuais condições, tomando o acesso à educação como variável interveniente para a formação de capital social, o acesso ao mercado de trabalho é uma forma de ampliar as redes de relacionamento, fundamentais para o estabelecimento de confiança e reciprocidade necessárias à ampliação do capital social. Porém, o acesso ao mercado de trabalho relaciona-se a disputa por recursos materiais e não materiais escassos, condição crucial para a formação do capital social, ao menos quando se avalia esse cenário tendo como referência as ponderações de Bourdieu (1980).

	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior	Total
Masculino	0,7%	6,1%	21,1%	62,0%	10,0%	100,0%
Feminino	1,8%	11,4%	24,6%	50,0%	12,1%	100,0%
Total	1,3%	8,7%	22,9%	56,1%	11,1%	100,0%

Tabela 6

– Sexo e grau de escolaridade

Fonte: Os Autores (2018).

A ampliação da escolarização feminina é uma tendência nacional, e foi também observada ao se analisar a tabela 7, sobre o grau de escolaridade e sexo, mas dispostos de uma maneira diferente. No Ensino Médio completo/Ensino Superior Incompleto observou-se um índice maior de estudantes de sexo masculino, 56,0%, contra 44,0% de estudantes de sexo feminino. Em todos os demais níveis de escolarização, a porcentagem de mulheres supera a porcentagem de homens.

No Ensino Superior completo temos 45,9% de homens e de 54,1% para as mulheres. Na Tabela 4 abaixo se observa que não concluíram o Ensino Fundamental 35,4% de homens e 64,6% de mulheres. Esses dados se confirmam as pesquisas atuais em que se registra maior abandono dos

estudos nesse nível de escolarização por meninos do que por meninas (IBGE, 2015)

Outro dado que deve ser destacado é o fato de Caraguatatuba contar com um forte segmento turístico e receber um massivo número de pessoas nas temporadas turísticas, quando as funções de serviços e atendimento ao público normalmente são ocupadas por mulheres e estas exigem mão de obra mais qualificada, estimulando a continuidade dos estudos.

Constatou-se, que no nível Superior completo as porcentagens de pessoas do sexo feminino maiores que aquelas do sexo masculino. Observa-se que as mulheres mais jovens tendem a ter maior escolaridade em comparação aos homens da mesma faixa etária, mas as mulheres mais velhas tendem a ter menor escolaridade em relação aos homens mais velhos.

	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	28,6%	71,4%	100,0%
Ensino Fundamental Incompleto	35,4%	64,6%	100,0%
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	46,8%	53,2%	100,0%
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	56,0%	44,0%	100,0%
Ensino Superior	45,9%	54,1%	100,0%
Total	50,6%	49,4%	100,0%

Tabela 7
– Grau de Escolaridade e Sexo

Fonte: Os Autores (2018).

Quanto ao grau de escolaridade e renda, observou-se na tabela 8, que quanto mais uma pessoa estuda, maior tende a ser seu rendimento financeiro. Quem tem melhor qualificação profissional ocupa cargos de maior complexidade e valorização. Alguns dos pesquisados optaram em não declarar seus rendimentos, o que pode ser entendido como receio ou reserva em revelar seus ganhos.

Dentre as pessoas com Ensino Superior completo 5,1% tem rendimento mensal até R\$ 880,00 (a mais baixa faixa de remuneração), enquanto entre as pessoas analfabetas 42,9% apresentam a mesma faixa de rendimento mensal. Os dados relacionados a renda e a escolaridade indicam que as duas variáveis estão relacionadas quanto as características do capital social no município e sinalizam um paradoxo. Quanto menor a escolarização e a renda mais frágil é o capital social e, portanto, mais adversas são as condições para a formação de redes de confiança e solidariedade necessárias ao enfrentamento dos efeitos das assimetrias sociais e econômicas.

	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior	Total
Até R\$ 880,00	3,2%	20,0%	28,4%	45,3%	3,2%	100,0%
De R\$ 881,00 a R\$ 2.640,00	1,1%	9,8%	24,6%	58,5%	6,0%	100,0%
De R\$ 2.641,00 a R\$ 5.280,00	0,0%	4,4%	12,2%	63,3%	20,0%	100,0%
De R\$ 5.281,00 a R\$ 7.920,00	4,2%	0,0%	4,2%	70,8%	20,8%	100,0%
De R\$ 7.921,00 a R\$ 10.560,00	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%	100,0%
Acima de R\$ 10.561,00	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%	60,0%	100,0%
Sem rendimento	6,7%	13,3%	46,7%	33,3%	0,0%	100,0%
Não declarado	0,0%	6,6%	25,5%	50,9%	17,0%	100,0%
Total	1,3%	9,6%	22,6%	55,1%	11,3%	

Tabela 8

– Grau de escolaridade e renda

Fonte: Os Autores (2018).

A análise da tabela 9 sobre o grau de escolaridade e a ocupação (qualificação), indica que quanto mais anos de estudo maior a possibilidade de se obter acesso às funções com maior valorização e destaque no mercado de trabalho. Notou-se que, entre os entrevistados analfabetos, não há nenhum empresário, enquanto no grupo de pessoas com Ensino Superior completo há 12,9% de empresários e para as pessoas com Ensino médio / Ensino Superior incompleto há 8,7 % de empresários.

Do mesmo modo, entre analfabetos não há funcionários públicos, mas no grupo de pessoas com Ensino Superior completo há 17,7% de funcionários públicos. Sob outro recorte, para os analfabetos há a expressiva porcentagem de 28,6 % de desempregados, enquanto que não há desempregados entre os entrevistados com Ensino Superior completo. Tais diferenças se refletem nas condições de disputa por recursos escassos.

A rápida urbanização dificulta a própria constituição de identidade social sob a perspectiva comunitária ou de religião como fator de potencialização de mobilização local em favor de metas coletivas.

O resultado é a ampliação dos efeitos da exclusão econômica para aqueles com acesso mais precário as condições potencializadoras do capital social ou mesmo a qualificação para o mercado de trabalho. Infere-se que o acesso à educação como variável interveniente para o acesso as condições necessárias ao exercício da cidadania e à formação do capital social, isoladamente, não apresenta a possibilidade de ampliar os laços de solidariedade e confiança interpessoal.

Os resultados refletem o acesso à educação formal. Apesar da pesquisa não explorar os indicadores de qualidade da educação ofertada, em razão dos limites inerentes ao objetivo da pesquisa, evidencia-se a função da instrução formal quanto a produção de oportunidades de inclusão social e obtenção de renda. O acesso à educação formal em uma sociedade desigual e com dificuldades para a mobilização social, derivada das redes de relacionamento e confiança, constitui um recurso para o acesso a bens

culturais e econômicos enquanto fator de distinção, corroborando os resultados obtidos por Souza (2009).

	Empregado	Empregado - Assalariado em empresa privada com carteira assinada	Empregado - Assalariado em empresa privada sem carteira assinada	Funcionário Público	Autônomo	Desempregado	Apocentado	Dona de casa	Estudante	Outros	Total
Analfabeto	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	14,3%	28,6%	42,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ensino Fundamental Incompleto	3,9%	5,9%	5,9%	2,0%	25,5%	11,8%	29,4%	11,8%	0,0%	3,9%	100,0%
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	2,3%	8,6%	9,4%	2,3%	25,8%	4,7%	25,8%	16,4%	3,9%	0,8%	100,0%
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	8,7%	26,5%	5,5%	1,0%	22,9%	4,5%	19,0%	7,4%	1,9%	2,6%	100,0%
Ensino Superior	12,9%	17,7%	6,5%	16,1%	16,1%	0,0%	17,7%	8,1%	1,6%	3,2%	100,0%
Total	7,2%	19,4%	6,5%	3,0%	22,9%	5,0%	21,7%	9,9%	2,2%	2,3%	

Tabela 9

– Grau de escolaridade e Ocupação (Qualificação)

Fonte: Os Autores (2018)

A relação entre acesso à educação formal e o capital social foi indicada em seu potencial na discussão dos dados apresentados nas tabelas anteriores e no referencial teórico. A próxima tabela indica como esta relação entre capital social e educação formal se constitui, pois sintetiza as respostas à indagação sobre a quem as pessoas recorrem para solucionar problemas em relação ao seu grau de escolaridade. Constatou-se que, é na família que as pessoas sentem mais segurança e conforto em momentos de dificuldade e que isso independe do nível de escolaridade, uma vez que os números se mostraram bastante próximos: Analfabeto - 66,7%, Ensino Fundamental incompleto - 46,9%, Ensino Fundamental completo/ Ensino Médio incompleto 61,3%, Ensino Médio completo/ Ensino Superior incompleto - 63,6 %, Ensino Superior completo - 57,5%. O poder público aparece de modo mais significativo em camadas de menor escolaridade: 22,2% das pessoas analfabetas e 23,4% das pessoas com Ensino Fundamental incompleto recorrem ao poder público quando passam por dificuldades, mas esse índice de confiança no poder público ainda é reduzido.

É importante lembrar que a família contemporânea passa por inúmeras transformações e mudanças econômicas, socioculturais e religiosas ao longo do tempo e em diferentes contextos. Para Goldfarb e Lopes (2006) caso a convivência familiar corresponda a uma condição colaborativa e harmoniosa, ela pode ajudar todos os seus componentes, fortalecendo o elo emocional e promovendo o auxílio entre eles. Mas podem também ocorrer situações conflituosas que venham a gerar instabilidade e insatisfação por parte de alguns de seus membros, em função de determinadas regras e valores. A família, ainda é vista como uma das mais fortes estruturas sociais; seus membros esperam que ela forneça proteção,

afeto, apoio emocional e amparo para a resolução de problemas e conflitos.
Tabela 10.

	Família	Comunidade	Vizinhos	Amigos da comunidade ou Poder público	Políticos da comunidade ou ONGs	ONGs	Lider comunitário	Igreja	Outros	Ninguém	Total
Analfabeto	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ensino Fundamental Incompleto	46,9%	0,0%	7,8%	4,7%	23,4%	0,0%	0,0%	1,6%	9,4%	6,3%	100,0%
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	61,3%	0,0%	7,1%	7,1%	7,7%	0,0%	0,6%	0,0%	3,9%	4,5%	100,0%
Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	63,6%	0,8%	4,4%	4,1%	11,5%	0,3%	0,0%	0,0%	3,3%	4,1%	100,0%
Ensino Superior	57,5%	1,3%	3,8%	8,8%	10,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,3%	8,8%	100,0%
Total	60,8%	0,6%	5,2%	5,3%	11,7%	0,1%	0,3%	0,1%	3,0%	5,2%	100,0%

Tabela 10

- A quem as pessoas recorrem para solucionar problemas e grau de escolaridade

Fonte: Autores, 2018.

Os desequilíbrios notados quanto ao acesso à educação e suas consequências em Caraguatatuba refletem, dialogicamente, a composição do capital social da população de Caraguatatuba, inserida em um contexto social e econômico heterogêneo, com predomínio de uma população de renda baixa, entre 1 e 4 salários mínimos (53,6%). A pesquisa sobre as características do capital social da população do município demonstrou que 18,1% recebem até um salário mínimo de renda familiar, apresentando maior necessidade políticas públicas para a satisfação das necessidades básicas.

Daí o papel da educação mediante políticas públicas para potencializar a capacidade de organização em redes formais ou informais para o diálogo com o poder público. Porém, como os resultados mais preocupantes da pesquisa em relação ao acesso à educação convergem para as áreas com indicadores sociais que indicam exclusão social e econômica, percebe-se a consolidação de barreiras ao combate das dificuldades comuns aos municípios. O grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa torna-se menor quanto mais à margem do desenvolvimento social e econômico. Neste sentido, o acesso à educação de qualidade poderia potencializar a aptidão para a articulação entre os membros de cada comunidade do município.

Evidencia-se que a capacidade de representação perante o poder público é reduzida, pois as redes de relacionamento e confiança concentram-se nas relações familiares e não nos espaços e instituições públicas. E no caso dos analfabetos e pessoas com Ensino Fundamental incompleto constatou-se que a busca do poder público, quando comparada as respostas a outros itens da pesquisa, foi realizada para a tentativa de resolver demandas pessoais, sem articulação com outros municípios. No caso de Caraguatatuba, percebe-se o aumento do acesso às escolas, porém enfrenta-se o desafio de lidar com a defasagem da escolarização das faixas etárias mais elevadas, especialmente as mulheres, e como ampliar os ganhos da escolarização em qualidade e benefícios para o desenvolvimento.

As condições econômicas desfavoráveis experimentadas por parcela da população do município e relacionadas à reduzida densidade do capital social produzem barreiras que contribuem para dificultar o desenvolvimento em Caraguatatuba. Os dados delineados com a aplicação do instrumento de pesquisa indicam reduzido grau de confiança entre os sujeitos acessados. Percebeu-se que as relações de confiança no município são estabelecidas entre familiares, com baixo grau de confiança em relação aos indivíduos não reconhecidos como parentes. Tal cenário restringe significativamente a capacidade de adesão a redes de sociabilidade. Poder público, sociedades de amigos de bairro, ONGs, partidos políticos e Igrejas receberam poucas citações em comparação à família.

Notou-se que a escassa capacidade de formalização das demandas coletivas para com o poder público decorre da reduzida capacidade de interlocução entre os sujeitos, inclusive nas relações comunitárias. Evidenciou-se uma percepção de muito baixa ou baixa cooperação entre a maioria dos sujeitos da pesquisa. Somente 21,60% indicaram perceber a cooperação entre os membros da comunidade como muito grande ou grande. E os sujeitos da pesquisa não percebem os prejuízos, no que se refere à qualidade de vida da população, pois a maioria não relaciona a escassa cooperação e confiança entre os cidadãos e, para com o poder público, aos limites da sua experiência social.

A rápida expansão da população derivada da urbanização turística e das obras de infraestrutura nas últimas décadas resultaram em um cenário desfavorável a formação de redes de sociabilidade e confiança, em razão do período escasso para a constituição de laços de identidade e solidariedade. A caracterização do capital social da população de Caraguatatuba evidenciou a fragilidade do capital social dos munícipes e sua escassa organização em redes de solidariedade. Para Bourdieu (1980), as redes de relações inerentes ao capital social podem ser institucionalizadas com mais densidade ou menor intensidade e sua existência associa-se ao reconhecimento entre os participantes da rede social que o abriga. Porém, enquanto para os demais autores (FUKUYAMA, 2001; HIGGINS, 2005; OSTROM, 2000) dedicados o capital social é uma via para o desenvolvimento, por possibilitar coesão social em um determinado território. Para Bourdieu (1980), o capital social pode ser caracterizado como mecanismo relacionado à competição social por recursos materiais e recursos não materiais vinculados e escassos.

Segundo Bourdieu (1980), o capital social é mecanismo de distinção social, que pode contribuir para preservar os interesses e privilégios de classe. O conceito contribui para a investigação das relações de classe, dos conflitos entre os detentores do privilégio e que pretendem preservá-lo, mediante o controle dos mecanismos de poder e de legitimação social em oposição àqueles que buscam suplantam as condições sociais adversas e necessitam do capital social para tornar sua organização mais efetiva. As sugestões de Bourdieu (1980) sobre como as estruturas não econômicas afetam os processos de distinção social constituem a referência para a avaliação de Souza (2009) em relação a constituição

das condições características à disputa por recursos socialmente escassos na sociedade brasileira. Souza discute como os fatores econômicos e não econômicos são responsáveis por definir as condições de distinção e sua legitimidade no país. E o capital social associado ao capital cultural é um dos recursos, cuja intensidade e mobilização, na ótica de Souza, que explica a desigualdade social e econômica nacional. Sob essa perspectiva, o acesso à educação de qualidade pode contribuir para a formação de capital social relacionado a redes sociais e ao reconhecimento entre os municípios para identificação de objetivos comuns quanto à interlocução para a efetivação de políticas públicas, desde amparadas em políticas públicas específicas que garantam a permanência dos educandos nas escolas, com efetivo aproveitamento dos conteúdos curriculares. Daí a pertinência de se compreender como se dá a relação entre as condições de escolarização e educação e o capital social no município.

Em Caraguatatuba o acesso à educação formal em razão da ampliação da escolarização não contribuiu, junto a outras variáveis, com o fortalecimento do capital social. A dinâmica demográfica e econômica característica ao município nas últimas décadas produziu barreiras para a formação de redes de confiança e solidariedade correspondentes ao adensamento do capital social. A hipótese de que o capital social pode favorecer, a partir da sua densidade, a aptidão para a organização e colaboração entre os indivíduos quanto à busca por efetivação de direitos e garantias sociais não está descartada. Mas, os resultados indicam que apenas o acesso a educação formal é insuficiente para tornar a educação variável interveniente no processo de desenvolvimento sob a perspectiva do capital social. Denota-se, inclusive, a necessidade de oferecer em conjunto com o acesso à educação a qualidade da escolarização.

Nesse cenário, as camadas com maior acesso à educação formal também apresentam renda maior. Sua capacidade de resolução dos problemas cotidianos relaciona-se à sua posição privilegiada na estrutura social presente em Caraguatatuba, pois individualmente usufruem de condições sociais e econômicas que produzem vantagem na competição por recursos escassos e, portanto, distribuídos desigualmente. Desse modo, configuram-se barreiras, inclusive quanto ao acesso à educação enquanto fator potencializador do capital social dos municípios, especialmente aqueles que dependem de políticas públicas mais efetivas para o enfrentamento das suas carências. Os resultados detectados no município correspondem às discussões sobre as funções do capital social delineadas por Bourdieu (1980) e Souza (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar dados sobre a relação entre educação e capital social no município de Caraguatatuba. Os resultados discutidos no artigo foram produzidos a partir de informações quanto à escolarização no município de Caraguatatuba obtidas com a aplicação de instrumento de pesquisa para caracterizar o capital social da população local. O exame dos dados da pesquisa aponta que os limites da efetividade da política

pública de educação contribuem, em conjunto com outros fatores, para o perfil do capital social da população de Caraguatatuba, considerando a estratificação social e territorial.

Nas últimas décadas, Caraguatatuba tem como fator determinante das condições contemporâneas a forte expansão demográfica em conjunto com o significativo aumento das atividades econômicas. A avaliação do resultado desta combinação aponta desequilíbrios relacionados ao crescimento decorrente das atividades produtivas e o desenvolvimento social e econômico. Em Caraguatatuba, a desigualdade social está territorializada em razão da divisão socioeconômica do município em áreas com maior carência de recursos enquanto outras áreas apresentam acesso à estrutura urbana necessária a condições de vida com maior qualidade.

O desafio do desenvolvimento corresponde à multidimensionalidade do conceito. Sob essa perspectiva, a educação desempenha papel fundamental. Em uma sociedade marcada por expressivas diferenças sociais e econômicas a educação apresenta o potencial de contribuir para a constituição das condições necessárias à redução das assimetrias sociais. As dimensões concernentes ao desenvolvimento requerem a efetivação de políticas públicas e a educação é uma delas, particularmente quanto a possibilidade de capacitar os cidadãos para a vida social.

E o capital social tem a possibilidade contribuir para a organização de redes de sociabilidade e confiança, base da institucionalização de demandas coletivas para o poder público e para organização comunitária frente aos desafios comuns. Porém, o capital social é consequência das condições sociais que fundamentam a sociabilidade e suas dimensões. O capital social situa-se como ativo necessário à organização coletiva para o enfrentamento das assimetrias sociais, porém os limites do desenvolvimento econômico e social constituem barreiras à sua constituição e ao seu potencial de fomentar a articulação dos sujeitos sociais para o enfrentamento de condições adversas. Neste sentido, políticas públicas relacionadas à educação tem um papel importante para fomentar o capital social em razão da instrumentalização da população, fator necessário para a organização em redes de sociabilidade e ação coletiva.

Os resultados da pesquisa apontam que o capital social da população de Caraguatatuba contribui para a manutenção do distanciamento entre os municípios e em relação ao poder público, especialmente quanto à participação na gestão pública. O contexto local favorece os municípios detentores de recursos econômicos e sociais restritos as camadas economicamente privilegiadas, com acesso a redes de relacionamento e capital cultural associadas à sua posição social e compatíveis à disputa por recursos sociais escassos. Em Caraguatatuba, o capital social dos sujeitos da pesquisa em condições privilegiadas contribui para a manutenção das condições desiguais presentes no território.

As condições de acesso à educação constituem fator decisivo para a manutenção de parte significativa da população à margem da participação efetiva nas decisões que definem a trajetória do município. Constatou-se

na pesquisa que quanto mais reduzido o acesso à educação, mais limitado é o capital social quanto à constituição de redes de relacionamento e organização coletiva. Tal condição limita o acesso aos canais institucionais de relação entre o poder público e os municípios, daí a função social da educação extrapolar a formação de competências educacionais para leitura e a escrita, por exemplo, pois produz competências sociais. Verificou-se a correspondência entre a reduzida densidade das redes de relacionamento, concentradas no círculo familiar e a busca de outros recursos para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, mesmo quando requerem enfrentamento coletivo e o menor grau de escolarização. Quanto mais reduzida a escolarização mais limitada é a rede de relacionamento social.

Detectou-se no município a relação entre as características do capital social da população e os limites das políticas públicas; configura-se um paradoxo. O capital social necessário para instrumentalizar a população quanto ao estabelecimento de redes de relacionamento aptas a organizar as demandas coletivas e institucionalizá-las, encontra-se em condição proporcional as assimetrias sociais. No caso da educação, quanto menor é o processo de escolarização, mais reduzido é o capital social. Daí a produção de diferenças sociais significativas em razão da produção de limites voltados ao acesso a bens escassos.

Observa-se, entretanto, que o acesso à escolarização, isoladamente, não assegura a constituição de capital social necessário à superação das assimetrias sociais, a partir de redes de relacionamentos aptas a fomentar a interlocução com o poder público. Neste sentido, a variável educação deve ser cotejada com outras, como acesso à saúde, características do núcleo familiar, renda e redes de sociabilidade. Faz-se necessária a efetivação de outras pesquisas acerca do capital social dos municípios, mediante recurso a instrumentos de pesquisa adequados à investigação de aspectos não captados no atual trabalho, particularmente com técnicas qualitativas para a coleta de dados. Espera-se com esse tipo de recorte possibilitar a caracterização dos limites para o desenvolvimento associado à insuficiência para a formação de capital social pertinente a redes de relacionamentos adequadas para instrumentalizar a população à organização favorável ao enfrentamento dos problemas comuns à coletividade, no caso, a população de Caraguatatuba e sua constituição heterogênea.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) à pesquisa “Desenvolvimento social e econômico: caracterização do capital social da população do município de Caraguatatuba/SP” (Processo nº 2015/23720-4).

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de larecherche em sciences sociales*, v. 31, p. 2-3, 1980.
- DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. *Revista de La Cepal*, n. 69, dez. 1999.
- ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1 (121), p. 31-55, jan./mar. 2011.
- FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.
- GIGLIOTTI, C. M. C.; SANTOS, M. J. A expansão urbana de Caraguatatuba (1950-2010): uma análise das transformações sócio espaciais. *Caminhos de Geografia (UFU)*, v. 14, p. 150-159, 2013.
- GOLDFARB, D. C.; LOPES, R.G.C. Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre as gerações. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1374-1382.
- GROOTAERT, C. et al. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ). Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial 23 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caraguatatuba/panorama>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo urbanização em Ubatuba – SP*. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: 1999.
- OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.
- PANIZZA, A. C. *Imagens Orbitais, cartas e coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao município de Ubatuba, Litoral Norte, Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado) em Geografia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.
- PERROUX, F. *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RATTNER, H. Prioridade: construir o capital social. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 21, p. 1-8, 2003.

- SABOURIN, E. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em debate**, v. 1, n. 2, p. 141-158, 2010.
- SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**, a. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). PIB municipais. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: abr. 2018.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.
- SIMMEL, G. **Sociologia: estudos sobre las formas de socialización**. México/DC: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital. A multifaceted perspective**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank, 2000, p. 215-253.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012.